



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1.477, DE 2011

Solicita informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Minas e Energia sobre a arrecadação e distribuição, por estado, dos encargos e tributos federais incidentes sobre a conta de luz.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Exmo. Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, as seguintes informações: (1) os recursos arrecadados, nos últimos 9 (nove) anos, relativos aos mais de 10 encargos e tributos federais incidentes sobre a conta de luz do consumidor, discriminados por estado e Distrito Federal; (2) os montantes relativos aos recursos arrecadados que voltaram àquelas unidades da Federação, sob a forma de investimentos diretos, bem como na modalidade de financiamentos às empresas do setor elétrico, também discriminados; e (3) os critérios adotados pela Eletrobrás para distribuir o repasse dos recursos arrecadados com a RGR - Reserva Global de Reversão entre nossas unidades federativas, discriminados por tipo de operação.

JUSTIFICATIVA

O consumidor de energia elétrica em todo o país repetidamente tem manifestado sua contrariedade, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e às concessionárias, quanto aos constantes aumentos ocorridos nas contas de luz, muitas vezes com índices acima da inflação. Recentes estudos realizados pela Consultoria Legislativa do Senado Federal apontam que a estrutura tarifária da conta de luz, que embute mais de uma dezena de encargos, tributos federais e subsídios cruzados diretos e indiretos, é em grande parte responsável pelo alto preço da energia elétrica fornecida no Brasil. No caso do cidadão mineiro, além desse problema, recai-lhe uma injustiça adicional: em Minas Gerais, apesar do governo do estado conceder um dos maiores patamares de isenção de ICMS do País, não retornam, sob a forma de investimentos diretos, os recursos arrecadados nas contas de luz pagas no Estado. Desta forma, para melhor compreensão do problema e balizar nossos estudos e propostas parlamentares, estamos solicitando as informações acima enumeradas.

Sala das Sessões,

Senador **AÉCIO NEVES**

(À Mesa para decisão)

Publicado no **DSF**, em 02/12/2011.